

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DO ENSINO BÁSICO – UBERLÂNDIA (MG)

Environmental Education in Continuing Formation Course for Basic Education Teachers – Uberlândia (MG)

Adriana Silva Mello¹
Silma Rabelo Montes²
Luís de Lima³

O Meio Ambiente começa dentro de nós, e a sua exteriorização depende do compromisso conosco, com o semelhante e com todas as formas de vida presentes em nosso Planeta (MAZZINI, 2004, p. 15).

RESUMO: O propósito desse artigo é mostrar a importância em se trabalhar Educação Ambiental em cursos de extensão com foco na formação continuada, uma vez que o tema é abordado de forma ineficaz nos cursos de formação inicial de professores. Para tanto, apresentamos e analisamos o Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico da Universidade Federal de Uberlândia, implantado em 2006 com continuidade em 2008, focalizando uma de suas atividades, a saber, o curso do eixo temático Meio Ambiente e Saúde, como, também, os resultados de uma pesquisa feita em 2007 com os alunos desse curso. Essa pesquisa teve como objetivos: avaliar a atuação do profissional da educação no desenvolvimento da temática ambiental nas escolas em que atuam; detectar a contribuição do referido curso na tomada de consciência, reflexão e formação de hábitos e ações práticas, no sentido de garantir a preservação dos recursos naturais e, assim, propiciar novas vivências ambientais do homem com a natureza, com vistas à compreensão e tratamento ético da questão ambiental.

UNITERMOS: Educação Ambiental. Formação Continuada. Educação.

ABSTRACT: The purpose of this article is to show the importance of promoting Environmental Education extension courses in continuing formation, as the subject is approached ineffectively in teacher's beginning formation course. For this we show and analyse the Continuing Formation Program for Teachers by the Federal University of Uberlandia, from 2006 to 2008. One of its activities is a kind of thematic course - Environment and Health - and the results of a research made in 2007 with students of this course, directed by some members of the coordination. This research aims at evaluating the education professional's performance in the development of the environmental subject in schools where he works. In addition, it detects the contribution of the point for understanding, reflection and habit formation in order to guarantee the natural resources' maintenance, by providing new environmental practices concerning human beings and nature, being aware of ethics and understanding of environmental issues.

KEYWORDS: Environmental Education. Continuing Formation. Education.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e professora de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e professora de Geografia da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia.

³ Especialista em Planejamento Ambiental e professor de Química da Rede Estadual de Ensino de Uberlândia

Diante dos problemas ambientais gerados por uma sociedade que busca de forma desordenada a acumulação de capital, não se importando com a destruição da natureza, torna-se necessário introduzir e ampliar a Educação Ambiental nas escolas públicas e privadas da nossa cidade, do nosso país e do mundo. É necessário motivar a tomada de consciência, formação de valores e atitudes em crianças e jovens para que ocorram ações imediatas e, também, em longo prazo que visem à preservação ambiental.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Proposta de Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC), os cursos de formação inicial, ou seja, os cursos de Pedagogia e das diversas licenciaturas, não preparam os profissionais da educação para lidar com a questão ambiental junto aos alunos do ensino básico. Daí a importância de se trabalhar Educação Ambiental nos programas de extensão com foco na Formação Continuada.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex) busca e desenvolve o debate e a reflexão sobre a prática pedagógica desde 2006. Na visão de Miranda (2007, p.176), coordenadora geral do programa de formação continuada, essa iniciativa propicia “a problematização da realidade e a construção de novos saberes e práticas, contribuindo, assim, para a melhoria do ensino nas escolas”. Esse programa tem como diretrizes a sistemática do trabalho coletivo e o estabelecimento de parceria com diversas instituições e segmentos, estruturando-se em três eixos: Linguagens e Cultura; Gênero, Raça e Etnia; Meio Ambiente e Saúde, os quais buscam a perspectiva interdisciplinar e a transversalidade.

Com esse propósito, o programa cria espaço para discussão dos problemas ambientais locais, regionais e mundiais, utilizando uma metodologia que, a partir de uma visão globalizada do tema; pressupõe ações teórico-práticas que contribuam com a formação de hábitos educativos para a preservação e conservação do meio em que vivemos, perpassando as diversas áreas do conhecimento com vistas ao cumprimento da Agenda 21⁴.

Como membros da coordenação do Eixo⁵, ressaltamos a importância da Educação Ambiental no programa destinado a profissionais que atuam diretamente no ensino formal, os quais têm a oportunidade de discutir o tema, trocar experiências com outros educadores, além de aprender e/ou desenvolver atitudes e valores relativos à preservação ambiental que poderão aplicar em sua sala de aula e no dia-a-dia.

Educação Ambiental: formação inicial de docentes

A degradação ambiental vivenciada por diferentes sociedades do mundo contemporâneo mobiliza setores sociais distintos que almejam novas alternativas de ação frente a essa realidade. A atual

⁴ Agenda 21 é um plano de ação aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Na Agenda 21, estão definidos os compromissos assumidos por 179 países de construir um novo modelo de desenvolvimento que resulte em melhor qualidade de vida para a humanidade e que seja econômica, social e ambientalmente sustentável.

⁵ Além dos autores deste artigo, o eixo Meio Ambiente e Saúde possuía, em 2007, outros nove coordenadores e dois estagiários.

crise ambiental é produto de um modelo de crescimento orientado na busca desenfreada da acumulação de capital, de padrões de crescimento tecnológico e à custa de uma apropriação desigual e destrutiva da natureza.

O homem tem se colocado no centro do universo, acreditando que todas as coisas foram destinadas e estão a seu serviço. Essa visão antropocêntrica gerou a necessidade de controle dos recursos naturais para uso próprio e para o desenvolvimento da humanidade, mas também a degradação do meio e o surgimento de inúmeros problemas de ordem social (FERNANDES, 2002, p. 3).

Com essa visão, o homem tornou-se escravo de sua própria eficiência, cercado por sofisticadas tecnologias que vão agravando a crise, instalada em todos os setores da sociedade. Crise essa, fundamentada em grande escala pela produção de artefatos e pela busca insaciável de consumo.

Acompanhando o movimento mundial acerca das questões ambientais, verifica-se que, durante a década de 1960, iniciou-se a ampliação dos objetivos da educação e sua relação com as questões ambientais. Apesar das distintas abordagens referentes a estas questões ambientais, todas as discussões convergem para a necessidade de políticas públicas de Educação Ambiental e de reflexões mais aprofundadas no processo educativo que propiciem a incorporação da temática ambiental de forma coerente ao processo educativo, objetivando a interação de idéias, de conteúdos, de propostas metodológicas e a superação atual do quadro de degradação ambiental. O desenvolvimento de atividades dessa natureza é hoje uma exigência para que a escola cumpra sua função social (KRASILCHIK, 1986 & CARVALHO, 1989).

A proposta de educação ambiental não se baseia somente na sensibilização acerca dos problemas ambientais, mas pauta-se na ação ambiental, na qual a melhoria da qualidade de vida é meta primordial, na medida em que as condições de vida de uma determinada população estão intimamente ligadas ao seu modo de relação com o meio (MÁXIMO & ESTEVES, 1998).

O termo Educação Ambiental foi assumido como obrigação nacional pela Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, no artigo 225, no capítulo VI do Meio Ambiente, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Baseando-se neste artigo e considerando que o processo educativo possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e por ser a escola, o espaço adequado para trabalhar a relação ambiente-homem-sociedade, faz-se indispensável o repensar das práticas pedagógicas, para que estas possibilitem reflexões sobre as questões ambientais e superação dos jargões constantemente recitados em eventos culturais e pela própria mídia.

Uma das propostas do MEC, contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é que, além de informações e conceitos, a instituição e a comunidade escolar proponham-se a trabalhar com atitudes, formação de valores, como também, com o ensino e a aprendizagem de habilidades

e procedimentos essenciais para o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre ambiente-homem-sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados pelo MEC entre 1997 e 1999, são uma referência curricular nacional a ser discutida e traduzida em propostas regionais e municipais. Seu principal efeito é provocar uma reflexão acerca da função da escola, sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, dando destaque a temas sociais urgentes – os chamados temas transversais. Os PCN são uma importante contribuição para a inserção da educação ambiental nas escolas, a partir da implantação dos temas transversais. Porém, resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las (BIZERRIL & FARIA, 2001, p. 58).

Reigota (1998) considera a escola um local privilegiado para a realização da Educação Ambiental e reforça a importância de disciplinas como História, Português, Química e outras que, juntamente com Ecologia, possam se integrar com esta educação e, ainda, ressalta a oportunidade que se dá à criatividade.

Entretanto, como inserir Educação Ambiental em escolas onde a maioria dos professores desenvolve esse tema com atividades esporádicas e superficiais, muitas vezes, restritas às disciplinas de Ciências e Geografia? Entre as dificuldades para a inserção da Educação Ambiental no ensino formal estão: a fragmentação do conhecimento em disciplinas separadas e sem elo para o estudo do meio natural e social; formas tradicionais de ensino que priorizam conhecimentos teóricos, abstratos e informativos em detrimento dos problemas concretos e regionais; defasagem de atualização dos docentes em relação aos avanços do conhecimento científico; questões ligadas aos sistemas de educação formal (MININNI, 1994 apud BIZERRIL & FARIA, 2001, p. 60).

O profissional da educação, formado em cursos de pedagogia e diversas licenciaturas estaria preparado para desenvolver Educação Ambiental nas escolas em que atuam? Na visão de Tavares e França (2006), a formação inicial deve ser considerada como eixo para a formação profissional docente, ou seja, “a formação inicial é o começo da socialização profissional, a assunção da internalização de princípios e regras práticas. Essa formação deve garantir a reflexão educativa, vinculando constantemente teoria e prática”.

ALDB no artigo VI, Lei 9.394/96, que dispõe sobre a formação profissional, delinea como deve agir o professor, quais características a instituição formadora deverá construir e qual o perfil de competência deverá ser norteadora de sua prática pedagógica. Partindo dessas reflexões, outras foram tecidas ao pensar a escola que temos, a escola que queremos, o professor que somos e o que é possível de se entender sobre este profissional, sua história, seus saberes, sua práxis, sua identidade. Assim, a formação passa a ser também um investimento pessoal que visa à construção da identidade pessoal e profissional.

Sato (2000) considera que a implantação de Educação Ambiental é mais efetiva, nos cursos

superiores, em programas, ao invés de ser oferecida em disciplinas isoladas do currículo. Para ela, “a formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas, deve entrelaçar os conteúdos das ciências naturais e das humanas, fugindo da tradicional compartimentação dos departamentos de faculdades e institutos.” Mas, mesmo com a Proposta de Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, do MEC (Lei 9.795/99), os cursos de Pedagogia e licenciaturas ainda não preparam o professor para a sua prática em sala de aula como deveriam, no que se refere a esse tema. A proposta desse documento é

oficializar as diretrizes em Educação Ambiental, sugerindo também que, no curso de pedagogia e nas diferentes licenciaturas da Educação Superior (formação inicial de professores), a Educação Ambiental seja disciplina obrigatória, capaz de acrescentar a tal formação não apenas os conteúdos desta temática e a relação dela com as diversas áreas do conhecimento, mas uma formação crítica que fortaleça a postura ética, política e o papel social dos docentes para a construção do projeto de cidadania (MEC, Lei 9.795/99).

No entanto, apesar desta lei prever a obrigatoriedade de inserir Educação Ambiental nos cursos de formação inicial de professores, a mesma Lei, em seu artigo XI, faculta a inserção de disciplina específica de Educação Ambiental apenas para cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário.

Em suas pesquisas sobre a percepção de recém-formados do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia, Tavares e Cunha (2006) constataram que a Educação Ambiental não está contemplada no currículo do referido curso, restringindo sua presença em estágios supervisionados, semanas científicas, núcleos de Educação Ambiental e Programas Especiais de Treinamento.

Fazendo um diagnóstico da Educação Ambiental, no ensino de Geografia em escolas públicas de 1º grau, localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, no Estado de São Paulo, Bortolozzi & Perez Filho concluem que

a predominância de atividades fragmentárias voltadas para a temática ambiental em última análise que pôde revelar a própria formação acadêmica fragmentária da maioria dos professores e sua conseqüente falta de conscientização ambiental. Os professores em geral ao trabalharem aspectos apenas parciais da realidade, com um nítido enfoque conservacionista dos recursos naturais, numa visão ecológica bastante reducionista, em que o homem não é visto também como parte integrante da mesma natureza, revelam a fragmentação de suas atividades vinculadas à temática ambiental (2000, p. 167).

Diante dessa realidade sobre a formação inicial de professores, no que se refere à Educação Ambiental, ressaltamos a importância dos cursos de formação continuada nesta temática, como meio de atualização, tomada de consciência e (re) preparação dos docentes para a sua atuação em sala de aula e nas suas ações práticas do dia-a-dia. Corroboramos a idéia de que a Educação

Ambiental deve permear todas as disciplinas, uma vez que se trata de um tema transversal.

Cursos de Formação/Educação Continuada: uma análise sobre Educação Ambiental

Em pesquisas mais recentes sobre Formação Continuada de Professores, Tardif (2002) e Pimenta (2005) preconizam os saberes docentes, as práxis e, preponderantemente, a reflexão sobre estas práticas. Esses autores entendem que a análise da prática do outro seja o melhor caminho para formar docentes crítico-reflexivos, que ao interagirem com o conhecimento, geram novos saberes, isso constitui uma nova identidade do professor.

A formação continuada refere-se àquelas atividades que auxiliam os professores a melhorar o seu desempenho profissional e pessoal. As atividades de formação continuada compreendem a participação na gestão da escola, nas reuniões pedagógicas, nos grupos de estudo, nas trocas de idéias sobre o trabalho, bem como compreendem cursos ministrados pelas secretarias da educação, congressos, capacitação de professores a distância, etc. Nessa etapa, a consolidação do conhecimento profissional educativo mediante a prática apóia-se na análise, na reflexão e na intervenção sobre situações de ensino e aprendizagem concretas relacionadas a um contexto educativo determinado e específico (LIBÂNEO, 2005 apud TAVARES & FRANÇA, 2006, p. 117).

Corroboramos com Sato (2000), quando afirma que a melhor nomenclatura a ser usada para esse processo é “Educação Continuada”. Ela menciona que já foi empregada a expressão “Reciclagem de Professor” e a critica, afirmando que não somos lixo para sermos renovados; critica a expressão “Treinamento” porque essa nomenclatura considera que não temos criatividade, nem critério, muito menos criticidade; por não sermos incapazes e nem desqualificados, também critica as expressões “Capacitação” e “Qualificação”. Quanto à atual expressão usada: Formação Inicial e Continuada, ela considera que não somos deformados, por isso, defende a nomenclatura “Educação Continuada”, pois o termo “continuada” implica um “continuum” e “educação” considera as duas vias do processo: o ensinar e o aprender.

Miranda (2003) considera que existem diferentes concepções sobre o significado de formação continuada “porém é possível afirmar que a continuidade ocorre após a formação inicial, durante a atuação do profissional nos estabelecimentos de ensino, por meio de cursos diversos oferecidos pelo diferentes sistemas de ensino”. Ainda para essa autora, para “ressignificar o fazer pedagógico, faz-se necessário rever as práticas de ensino à luz de concepções críticas de homem, mundo e educação” (Id., *ibid.*).

Quanto à Educação Ambiental, o MEC determina, através da Lei 9.795/99, que nos cursos de formação inicial e continuada de professores e gestores tenham:

1 – Inclusão obrigatória de atividades curricular/disciplina ou projetos

interdisciplinares obrigatórios na formação inicial de professores (magistério, pedagogia e todas as licenciaturas), incluindo conhecimentos específicos para a práxis pedagógica da educação ambiental e sobre legislação e gestão ambientais;

2 – Incentivo à atuação pedagógica interdisciplinar, cooperativa, investigativa e transformadora da Educação Ambiental com a interação de equipes com diferentes formações, incluindo estágios e extensão.

Destacamos a importância dos cursos de Formação/Educação Continuada na (re) preparação de docentes no que se refere à Educação Ambiental, pois esses docentes estão atuando diretamente na educação formal e é nesse espaço, essencialmente, que devem ser discutidas e aplicadas práticas inter e multidisciplinares de ensino que visem à formação de cidadãos críticos e conscientes em relação ao meio natural e social ao qual estão inseridos.

Dessa forma, a ênfase em analisar as atividades da chamada Educação Ambiental, no âmbito da educação formal, dá-se, sobretudo, pela necessidade de compreender como os problemas ambientais do espaço urbano/rural estão sendo trabalhados nas escolas, procurando revelar se as atividades desenvolvidas estão permitindo a realização de práticas integradoras do ensino, necessárias ao desenvolvimento de um mundo mais habitável, uma vez que para tanto se torna urgente a ação de cidadãos conscientes (BERTOLOZZI & PEREZ FILHO, 2000, p. 149).

Uma visão mais integradora do tema, as trocas de experiências, as ligações entre teoria e prática, a aplicação de projetos visando à tomada de consciência e à reflexão, à análise da realidade do meio onde estão inseridos são algumas das ações que permitem aos participantes de cursos de Formação/Educação Continuada repensarem as suas práticas diárias em relação ao Meio Ambiente e suas ações em sala de aula na formação/mudança de valores e atitudes relativas à questão ambiental.

Uma boa qualidade de vida deve estar também relacionada com um bom ensino, porque esse estaria permitindo desenvolver, através das práticas escolares, atitudes democráticas e de respeito ao meio ambiente, tornando os indivíduos conscientes da sua cidadania, da sua inserção no tempo e no espaço e de sua capacidade de lutar por uma sociedade mais justa, socialmente. Nesse sentido, a questão ambiental clama por mudança de valores e percepções, que na escola reformulariam conceitos dicotômicos da realidade, contrapondo-se a uma visão de mundo utilitarista, que separa o homem da natureza, em prol de outra mais integradora dos aspectos da natureza e da sociedade (BERTOLOZZI & PEREZ FILHO, 2000, p. 148).

É com esse enfoque que apresentamos o Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico, da Universidade Federal de Uberlândia orientado pelo Eixo temático Meio Ambiente e Saúde.

Interfaces da Educação Ambiental no Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico, no eixo temático Meio Ambiente e Saúde

O tema Educação Ambiental é desenvolvido numa perspectiva interdisciplinar e ética, baseando-se na reflexão crítica que vise à mudança de atitudes e valores. Desse modo, as abordagens desse tema compreendem, desde a tomada de consciência e reflexão até a formação de hábitos e práticas, no sentido de garantir a preservação dos recursos naturais, propiciando, assim, novas vivências ambientais do homem com a natureza, com vistas à compreensão e ao tratamento ético da questão ambiental.

Nessa perspectiva, o referido eixo discute os problemas ambientais locais, regionais e mundiais. Conforme apontamos na introdução do texto, o programa utiliza uma metodologia que pressupõe ações teórico-práticas, que contribuem com a formação de hábitos educativos para a preservação e conservação do meio em que vivemos, partindo de uma compreensão globalizada do tema que perpassa as diversas áreas do conhecimento e visa o cumprimento da Agenda 21.

Durante o desenvolvimento do Programa, verificamos que a abordagem dessa temática nas escolas, normalmente, atém-se a datas comemorativas, por meio de projetos temporários e de forma isolada. O depoimento da professora Marilene ilustra essa análise: “Mas eu tento aplicar projetos na minha disciplina como: jornada de química, aulas práticas, visitas etc.” De acordo com Fonseca (2002) “é consenso que nem todas as ações desenvolvidas no espaço educativo engendram aprendizagens e saberes. Daí a importância de refletir sobre ou debater as experiências”.

Contudo, por concordarmos com Padilha (2007), que considera que os profissionais da educação estão a todo tempo adquirindo novas aprendizagens e tornando-se “comunicativos, criativos, especializados tecnicamente, coerentes, éticos, politicamente situados e sensíveis como seres de relações” estabelecemos como objetivos, contribuir com a tomada de consciência, a reflexão, formação e as mudanças de atitudes e valores dos educadores que participam desta formação/educação continuada; os quais serão multiplicadores desses saberes e dessas práticas juntamente com seus alunos em sala de aula e no seu cotidiano, como eles próprios atesta Célia, professora cursista do Programa de Formação Continuada, em seu depoimento: “Desta forma, sempre estamos aprendendo, trocando idéias para colocarmos em prática. É assim que nos tornamos mais conscientes, críticos e podemos enfrentar os desafios”. É importante transcrever o depoimento de outros professores participantes do curso:

A atitude que mais me marcou no curso foi a de que temos que nos ver como educador e educandos. Tenho aplicado os conteúdos no decorrer dos temas abordados em aulas, promovendo debates entre alunos, seminários, para contribuir na formação de seres sociais críticos e conscientes de suas ações e responsabilidades (Professora Hinára).

A formação continuada é importante porque possibilita a ampliação do conhecimento sobre a temática Meio Ambiente, um entrosamento com outros profissionais e, conseqüentemente, um maior suporte de

aprendizagem para o planejamento das minhas aulas (Professora Edna).

Para mim, a formação continuada está servindo de motivação para trabalhar em equipes, com projetos e com interdisciplinaridade. Além de intercâmbio de conhecimentos, pois gosto de participar de cursos que sirvam para aprimorar meus conhecimentos (Professora Maria de Fátima).

Analisar questões relativas ao Meio Ambiente e desenvolver Educação Ambiental tornou-se extremamente importante e prazeroso para os coordenadores e cursistas do Programa. Para Maria Marluce, cursista entrevistada, “a Educação Ambiental nos tempos atuais é indispensável principalmente, para professores que atuam na Educação”. Para a professora cursista Maria do Carmo, “só falando e vendo os problemas que envolvem o meio ambiente é que haverá mudanças de atitudes”. Compartilhando as mesmas opiniões, a professora cursista Terezinha salienta que “é importante conscientizar as pessoas da importância do meio ambiente”. A professora Alexandra considera que a Educação Ambiental é muito importante na área em que atua, a saber, Biologia e Ciências, e com esse curso ela está adquirindo mais conhecimentos sobre o Meio Ambiente e como preservá-lo, e poderá repassá-los aos seus alunos. A professora Edna resume, com as suas palavras, a importância da discussão que é realizada no eixo temático Meio Ambiente e Saúde:

Essa temática Meio Ambiente não pode ficar apenas no meio acadêmico, tem que ser levada para a comunidade. E só através de cursos como este, é possível abranger professores, alunos, estudantes, havendo uma propagação de como e porque devemos preservar o Meio Ambiente (Professora Edna).

Assim, tal como afirma Leme (2006), em seus relatos de experiências com educação ambiental em escolas e conhecimentos práticos de professores e sua formação continuada:

o professor deve tomar ciência, durante a sua *formação inicial*, de que necessitará desenvolver conhecimentos de naturezas variadas para atuar profissionalmente, e de que esses conhecimentos, que deverão começar a se constituir já nessa fase preliminar de sua formação, terão que se perpetuar ao longo de toda a sua atuação profissional. E para que esse *movimento permanente e contínuo de formação profissional* concretize-se, é preciso que se reconheça a importância de estabelecer um diálogo constante entre o “fazer” e o “pensar” (LEME, 2006, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da exigência legal de implantação de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma a propiciar a participação ativa de todos na defesa do Meio Ambiente e, perante o despreparo profissional dos educadores no tratamento da temática ambiental com uma postura interdisciplinar, ressaltamos a relevância dos Cursos de Formação/Educação Continuada

e das parcerias entre universidades e escolas públicas, visando o desenvolvimento de projetos que estabeleçam intercâmbio entre as necessidades do contexto escolar e o ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio do Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico, no eixo temático Meio Ambiente e Saúde, visa também à construção da identidade ambiental dos profissionais que atuam na Educação em Uberlândia, nos níveis fundamental e médio. É preciso enfrentar o desafio da busca por subsídios para que as práticas docentes sejam resultados de movimentos de ação e reflexão enquanto educadores ambientais. Afinal, conforme mencionado na epígrafe, “o Meio Ambiente começa dentro de nós, e a sua exteriorização depende do compromisso conosco, com o semelhante e com todas as formas de vida presentes em nosso Planeta”. Sendo assim, os resultados da pesquisa realizada com professores cursistas do eixo Meio Ambiente e Saúde, demonstram o cumprimento dos objetivos anteriormente definidos para o curso, pois percebemos que está havendo uma tomada de consciência e, principalmente, uma mudança de hábitos, tanto na vida pessoal quanto na práxis dos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZERRIL, M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: [s.n.], v. 82, n. 200/201/2002, p. 57-69, jan./dez. 2001.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. Diagnóstico da Educação Ambiental no Ensino de Geografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: [s.n.], n. 109, p. 145-171, mar. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto 4.281 e Lei 9.735**. Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Brasília: DEA/MMA, 1999.

BRASIL. Lei 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª série**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, L. M. **A temática Ambiental e a Escola de 1º grau**. São Paulo: USP, 1989.

FERNANDES, E. C. **A educação ambiental nas escolas do município de Uberlândia-MG**. 2002. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FONSECA, S. G. Saberes da experiência, histórias de vida e formação docente. In: CICILLINI, G. A.; NOGUEIRA, S. V. (Org.). **Educação Escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas**. Uberlândia: EDUFU, 2002.

KRASILCHIK, M. Educação ambiental na escola brasileira – passado, presente e futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo: SBPC, v. 12, n. 38, 1986.

LEME, T. N. Conhecimentos práticos dos professores e sua formação continuada: um caminho para a educação ambiental na escola. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papyrus, 2006.

MÁXIMO-ESTEVES, L. **Da teoria à prática: educação ambiental com as crianças pequenas ou o fio da história**. Porto (Portugal): Porto, p. 57-67, 1998.

MAZZINI, A. L. D. de A. **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte: A. L. D. Amorim Mazzini, 2004.

MIRANDA, M. I. A proformação e a formação continuada como processo de ressignificação da prática pedagógica. **Ensino em Re-vista**. Uberlândia: EDUFU, v. 1, n. 11, p. 137-159, jul. 2002/ jul. 2003.

_____. A Formação Continuada e o Processo de (Des) construção da Cultura Escolar, dos Saberes e das Práticas Docentes. In: FONSECA, S. G. (Org.). **Currículos, saberes e culturas escolares**. Campinas: Alínea, 2007.

PADILHA, P. R. **Educar em todos os cantos: Reflexões e Canções por uma Educação Intertranscultural**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.

PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividades docentes. In: ____ **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. São Paulo: CórteX, 2005.

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. **Questões de nossa época**. São Paulo: Cortez, v. 41, 1998.

SATO, M. Formação em Educação Ambiental – da escola à comunidade. In: CODEA/MEC (Org.) **Panorama da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, p. 5 - 13, mar. 2000.

TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TAVARES, A. M. B. do N.; FRANÇA, M. Política de formação de professores: o PROBÁSICA – UFRN e a formação profissional. **Revista Educação em Questão**. Natal: [s.n.], v. 26, n.12, p. 106-134, maio/ago. 2006.

Entrevistadas⁶

1 - Alexandra Regina de Lima – Professora de Ciências da rede estadual de ensino de Uberlândia.

2 - Célia de Oliveira Dutra – Professora de Química da rede estadual de ensino de Uberlândia.

3 - Edna das Graças Gosuen de Souza – Professora de Ciências da rede municipal de ensino de Uberlândia.

4 - Hinára Pereira de Souza – Professora de Biologia da rede estadual de ensino de Uberlândia.

5 - Maria de Fátima Silva – Professora de Biologia da rede estadual de ensino de Uberlândia.

6 - Maria do Carmo Rodrigues Leite Igídio – Professora de Matemática das redes estadual e municipal de ensino de Uberlândia.

7 - Maria Marluce Soares Teixeira – Professora de Biologia do CESEC em Uberlândia.

8 - Marilene Alves de Souza Sposto – Professora de Química da rede estadual de ensino de Uberlândia.

9 - Terezinha Andrada Ferreira – Professora de Ensino Religioso e Educação de Jovens e Adultos das redes estadual e municipal de ensino de Uberlândia.

⁶ As professoras cursistas assinaram autorização para o uso das entrevistas.